

KORONIA-GO. UMA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO PRÁTICA SOCIAL LEGÍTIMA

KORONIA-GO. A CONCEPTION OF LANGUAGE AS A LEGITIMATE SOCIAL PRACTICE

*Fabiana Cristina Ramos Patrocínio*¹

*Monica Okamoto*²

Resumo: A língua da colônia japonesa no Brasil (*koronia-go*³), por vezes, foi valorada socialmente como uma variante de menor prestígio em comparação com a língua japonesa considerada padrão⁴. Estudos recentes sobre a linguagem (MAKONI & PENNYCOOK, 2006; PENNYCOOK, 1998, 2001, 2003, 2010) questionam essas hierarquizações linguísticas propondo reflexões sobre as concepções de linguagem que não contemplam a língua em seu meio social. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre a valoração da língua da colônia japonesa, a *koronia-go*, por meio da concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2013, 2015, 2016; VOLOCHINOV, 2017) e pelas concepções teóricas no campo da linguagem que concebem a língua como prática social e problematizam a língua padrão como um referencial inquestionável.

Palavras-chave: *koronia-go*, língua japonesa, língua padrão, língua como prática social, Círculo de Bakhtin

Abstract: The language of the Japanese colonies, also known as *Koronia-go*, has sometimes been socially valued as a less prestigious variant compared to the standard Japanese language.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. fabcrp@gmail.com

2 Professora Associada de Língua e Literatura Japonesa da Universidade Federal do Paraná. setuyo2@gmail.com. (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3014-6783>).

3 Traduzida como “língua da colônia” é uma língua resultante da mistura de dialetos antigos (do período pré-guerra) de diversas províncias do Japão e alguns vocábulos em português. A *koronia-go*, ainda hoje, é utilizada na comunicação oral pelos imigrantes japoneses e seus descendentes, sobretudo nas comunidades rurais conhecidas como “colônia”.

4 Dentre as variedades de um idioma, a língua padrão é aquela considerada como modelo a ser seguido e visa à padronização de uma língua.

Recent studies on the language (MAKONI & PENNYCOOK, 2006; PENNYCOOK, 1998, 2001, 2003, 2010) question these linguistic hierarchizations by proposing reflections on conceptions of language that do not contemplate the language in its social environment. As a proposal to consider the issues imbricated in the language valuation, this paper aims to discuss the valuation of the Japanese Colony Language, *Koronia-go*, through Bakhtin's Circle conception of language (BAKHTIN, 2013, 2015, 2016; VOLOCHINOV, 2017), and the theoretical concepts in the field of language that conceive language as a social practice and problematize the standard language as an absolute reference.

Keywords: *Koronia-go*, Japanese language, standard language, language as a social practice, Bakhtin's Circle

1. Introdução

A língua japonesa falada pelos imigrantes japoneses no Brasil se originou das influências e fusões de dialetos de diferentes regiões do Japão, já não sendo, portanto, uma língua homogênea (OTA, 2009). Com o passar do tempo, a influência da língua portuguesa na língua japonesa dos imigrantes japoneses do início do período da imigração resultou em uma variante linguística chamada *koronia-go*, traduzido literalmente como a língua da colônia, podendo, ainda, ser chamada de “dialeto nipo-brasileiro” (ADACHI, 2015, p. 477, tradução nossa). A influência mútua e contínua entre os dois idiomas criou um sistema linguístico com características próprias e locais que atendeu, principalmente, às demandas da comunicação oral cotidiana dos imigrantes em suas comunidades (ADACHI, 2015; OTA, 2009).

A leitura de um dos relatos minuciosos sobre a vida cotidiana das colônias japonesas (HANDA, 1987) pode sugerir que o uso da *koronia-go* se inicia quando os imigrantes japoneses começam a inserir as palavras aprendidas em português dentro da estrutura da língua japonesa. É possível que esse recurso linguístico fosse utilizado para descrever situações que eram próprias do contexto brasileiro e que, provavelmente, não havia em japonês expressões equivalentes que pudessem ser substituídas (ADACHI, 2015; HANDA, 1987; MORALES, 2011).

Outra compreensão sobre a origem da *koronia-go*, (MORALES, 2011) entende que seu surgimento se deu pela necessidade de facilitar a compreensão entre os imigrantes japoneses da primeira geração e seus descendentes. Segundo essa versão, os descendentes de japoneses a partir da segunda geração teriam o repertório linguístico em japonês mais reduzido do que a primeira geração de imigrantes que aqui chegaram, sugerindo que a comunicação apenas em japonês dificultava a compreensão entre as gerações mais antigas e as gerações mais novas. Para facilitar a comunicação entre as gerações, a língua japonesa e a língua portuguesa passam a ser usadas de maneira intercambiáveis, fundindo dois sistemas linguísticos em um só (MORALES, 2011).

Com o passar do tempo, as interações linguísticas entre os imigrantes japoneses fazem com que a língua da colônia comece a desenvolver um sistema próprio de linguagem, que vai muito além da mistura de códigos linguísticos entre japonês e

português (ADACHI, 2015; MORALES, 2011; OTA, 2009). A língua japonesa e seus usos são ressignificados e reinterpretados nas colônias para atender às demandas dos contextos sociais das comunidades nipo-brasileiras, fazendo com que as comparações dos usos do japonês das colônias e os usos do japonês padrão do arquipélago se distanciassem. As diferenças de criações de sentidos feitas em *koronia-go* e a língua japonesa padrão começam a gerar questionamentos sobre a língua da colônia, que passa a ser considerada por muitos uma variante linguística desvirtuada da língua padrão ou oficial (ADACHI, 2015; OTA, 2009).

Analisando-se alguns trabalhos sobre a *koronia-go* (MASE, 1987; OTA, 2008; 2009), percebe-se a preocupação em descrever, tanto no japonês como no português, a sua formação, as interferências nas estruturas da língua japonesa ou da língua portuguesa, os empréstimos lexicais, os aspectos morfossintáticos, as alterações estruturais, as quebras gramaticais, e como as variantes e variações criam desvios em relação à língua padrão. Essas análises contemplam muito bem os estudos sobre a estrutura da língua e como ela se constitui, um trabalho essencial e de suma importância para os estudos da área. Entretanto, para além dos sistemas e códigos linguísticos, o foco deste trabalho é promover uma discussão acerca da *koronia-go* com base nos estudos que compreendem a linguagem como prática social, no qual seu interesse primordial está nas relações dialógicas e axiológicas que envolvem a linguagem. Essa discussão será guiada a partir das perspectivas teóricas promovidas pelos estudos do Círculo de Bakhtin, e por estudos sobre a linguagem desenvolvidos por linguistas como Makoni e Pennycook (2006) e Marcos Bagno (2011), que discutem as variações linguísticas como processos naturais que são desenvolvidos dentro de um contexto social. As discussões propostas pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2015, 2016; VOLOCHINOV, 2017) trouxeram contribuições para os estudos da linguagem ao propor reflexões sobre a língua para além das estruturas linguísticas. Esses estudiosos da linguagem propõem que a língua também seja pensada de maneira filosófica para que se compreendam as axiologias que envolvem o uso da linguagem. Em uma perspectiva semelhante, Makoni e Pennycook (2006) analisam as ideologias e as relações de poder que estão por trás das imposições e hierarquizações linguísticas; já Bagno (2011) propõe reflexões sobre os processos de padronização linguística. É com base nessas perspectivas teóricas que gostaríamos de abordar, neste trabalho, uma reflexão sobre a valoração da *koronia-go*.

2. Conceção de linguagem do Círculo de Bakhtin

Bakhtin dá continuidade às discussões filosóficas de seu tempo que faziam reflexões sobre o papel da interação nas relações humanas e traz contribuições para os estudos da linguagem ao olhar para a interação como a base fundante e organizadora das atividades humanas. Bakhtin contribui principalmente ao tratar a linguagem não apenas como um amontado de códigos trocados pelos sujeitos interagentes, mas como “posições socioaxiológicas” (FARACO, 2005: p. 219). Em outras palavras, isso significa

que a interação não é definida apenas como troca de códigos linguísticos neutros que são codificados e decodificados através de mensagens, para além disso, Bakhtin (2015) vê na interação todo um processo constante e interativo de posicionamento e emissão de valores. Segundo Faraco (2005), esse filósofo russo analisa todo esse processo dinâmico e responsivo de enunciações valorativas e o chama de “relações dialógicas” (FARACO, 2005, p. 219), e a partir dessas considerações, ele desenvolve a concepção de linguagem chamada heteroglossia e heteroglossia dialogizada que é “um conjunto múltiplo e heterogêneo de vozes ou línguas sociais e, mais relevante para ele, o contínuo processo de encontros e desencontros, de aceitação e recusa, de absorção e transmutação das vozes sociais” (FARACO, 2005, p. 219).

Outro membro do Círculo de Bakhtin, o linguista Valentin Volóchinov (2017), também compreende a linguagem como interação e não como sistema de códigos. Para ele, a linguagem é muito mais do que um amontoado de estruturas. Dessa maneira, Volóchinov (2017), concebe a linguagem como prática social localizada em um determinado espaço e situada em um determinado tempo. Isso significa que para o linguista, a linguagem é uma atividade que emerge das relações sociais praticadas por sujeitos socio-históricos e não é um sistema neutro, estático e universal, ao invés disso, ela é construída e reconstruída constantemente pelas interações sociais de sujeitos que estão situados em um determinado período histórico, local geográfico e grupo social (VOLÓCHINOV, 2017; FARACO, 2005).

Contudo, entende-se que nenhuma dessas categorias são fixas, pois elas são compreendidas como fluidas e transitáveis, uma vez que os sujeitos sociais sofrem influências do tempo, do espaço e do grupo social, e os reflexos e “refrações” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93) dessas influências serão constantemente observáveis nessas relações. Isso significa que os atores sociais desempenham papéis sociais múltiplos que são cambiáveis de acordo com as requisições de cada contexto social, influenciando diretamente o uso da linguagem requisitada para cada situação (BAKHTIN, 2016).

Nesse sentido, o Círculo de Bakhtin (VOLÓCHINOV, 2017) desconstrói a ideia de uma concepção de linguagem como forma fixa, como um sistema estável, para defender uma concepção de linguagem permeabilizada pelas diversas vozes sociais, desencadeando um processo contínuo de mobilidade e “interação sociodiscursiva” (VOLOCHINÓV, 2017, p. 224). Isso significa que, para o Círculo de Bakhtin (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 2016), a linguagem não é um sistema abstrato, separado da vida social e política. Para ele, a linguagem é a própria construção da realidade e do mundo social, imersa em um movimento constante de transformar o mundo e de se transformar pelos sujeitos sociais. Essa concepção de linguagem reconhece que a língua é sociodiscursiva e não somente um código linguístico neutro, e é, portanto, ideológica e marcada pelas construções culturais e históricas de seu tempo, permeada pelas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2013).

3. A linguagem do Círculo de Bakhtin e a *Koronia-go*

A concepção de linguagem como prática social baseada nos preceitos do Círculo de Bakhtin nos faz olhar para a língua das colônias japonesas, chamada no Brasil de *koronia-go*, como uma língua que (naturalmente) se constituiu dentro do processo natural das interações sociais de uma comunidade, situadas em um tempo e espaço, de maneira dialógica e responsiva a um grupo social, permitindo a comunicação e a interação desse grupo social por gerações seguidas. Sendo assim, comparações e tentativas de normatizar a *koronia-go* por meio da língua oficial japonesa proveniente do outro lado do mundo poderiam não fazer sentido. De acordo com os preceitos *bakhtinianos*, a *koronia-go* não seria compreendida como um desvio de linguagem em comparação a um referencial único, que seria, neste caso, a língua japonesa padrão do arquipélago, Japão. Isso se justifica por: (1) a ideia de uma língua universal e neutra para o Círculo não é factível, pois a língua não é apenas troca de códigos linguísticos ou estruturas gramaticais (VOLÓCHINOV, 2017; BAKHTIN, 2016; FARACO, 2009), (2) se a língua se constrói nas relações sociais de um lugar situado e de um tempo marcado, não é possível comparações entre realidades sociais tão distintas, como a realidade da colônia japonesa aqui no Brasil e a realidade social do Japão. Lembrando que, para o Círculo de Bakhtin a natureza essencialmente social e dialógica da linguagem organiza todas as atividades humanas. Sendo assim, realidades diferentes constituem linguagens diferentes para atender às demandas de cada localidade, e nesse sentido, não é possível que as construções de sentidos feitas pela linguagem de um lugar sejam as mesmas em outro lugar, com uma realidade social completamente diferente. Dessa maneira, seguindo a linha de pensamento do Círculo de Bakhtin, não há coerência em comparar a *koronia-go* com a língua japonesa padrão do Japão com o intuito de analisar as construções linguísticas que atenderam as demandas de um grupo social com suas especificidades para classificá-la como uma língua de menor valor devido às suas variações linguísticas dissonantes da língua padrão, pois essas línguas se desenvolveram em realidades sociais incomparáveis.

A impossibilidade de uma língua permanecer intacta e sem os atravessamentos discursivos e axiológicos do seu meio social é exemplificada por Bakhtin (2015, p. 71) ao contar a história de um camponês, que mesmo isolado em uma aldeia, distante de qualquer contato, não poderia utilizar uma língua que não fosse atravessada por “outras línguas” ou vozes sociais, ou seja, os heterodiscursos nos quais ele estaria em contato em seu meio social. Esse exemplo nos mostra que mesmo um camponês isolado seria influenciado pelos discursos heterogêneos do seu círculo social, e que, portanto, no caso da língua da colônia japonesa, que ano após ano desenvolveram interações sociais distintas da terra natal, é natural que também tivesse sido influenciada pelo seu círculo social. Ao mesmo tempo em que se distanciava da língua pátria, se reinventava na convivência e no contato social com outras e múltiplas vozes sociais de outros contextos culturais, completamente diferentes do país de origem. Para o Círculo de Bakhtin

(BAKHTIN, 2016; VOLOCHINOV, 2017), as práticas culturais são um movimento intermitente de posições socioavaliativas responsivas a outras posições valorativas em meio a um ambiente imerso de axiologias. De maneira simplificada, isso significa que tanto a cultura quanto a língua (pois ambas estão intrinsecamente ligadas), estão em um contínuo processo transformador e transformativo, tornando impossível a permanência de estruturas fixas. É desse dinâmico processo transformador e transformativo, tanto cultural como linguístico, que a *koronia-go* se constituiu e se constitui.

A preocupação de Bakhtin (2019), com a concepção de uma língua que não corresponda à língua viva utilizada na vida, é observada também nas reflexões feitas por ele sobre as produções escritas de alunos do ensino fundamental. Nessas reflexões ele mostra sua preocupação com a linguagem livresca caso o ensino de língua não fosse feito de maneira reflexiva e considerasse as situações de usos da linguagem. A linguagem livresca para Bakhtin é uma linguagem impessoal e uniformizada que aprisiona o pensamento e impede de usar uma língua criativa e da vida real (BAKHTIN, 2013).

A discussão sobre linguagem livresca de Bakhtin (BAKHTIN, 2019) pode trazer reflexões sobre a *koronia-go* ao propor questionamentos sobre concepção de linguagem que avalia como inadequada ou defeituosa a variabilidade linguística da *koronia-go*. A reflexão proposta é se essa concepção de linguagem não está próxima da concepção de linguagem livresca, impessoal e abstrata de Bakhtin (2019). Segundo Bakhtin (2019), ter a linguagem livresca como referência, é negar a oportunidade de se usar a linguagem de maneira criativa e original e que corresponda à complexidade da vida. Uma reflexão analítica sobre a linguagem livresca traria uma consciência mais crítica para as tentativas de normatizar linguagens de realidades distintas como uma única, e impediria também de impor sobre as interações sociais uma linguagem que pouco corresponde à linguagem viva dos discursos orais e das interações sociais, no qual se insere a *koronia-go*.

Essas reflexões propõem pensar a língua por meio de uma concepção linguística, que diferente da linguagem livresca de Bakhtin, abarque a dinamicidade da língua vivida para que seja possível compreender as interações dialógicas e as relações axiológicas desenvolvidas por meio da linguagem. Com base nessas concepções teóricas e linguísticas, seria possível defender a autenticidade e legitimidade da *koronia-go*, como uma língua que surgiu a partir interações sociais de uma comunidade.

Todavia, talvez, uma discussão por meio dessas perspectivas teóricas e epistemológicas não seja o suficiente para que a *koronia-go* deixe de ser comparada e hierarquizada a uma língua padrão, sem propor outras problematizações, para que se compreenda os discursos sociais que emitem valor sobre a *koronia-go*. Como por exemplo, o mito que existe em volta da língua padrão como referencial único, como se fosse uma língua estática, inflexível, como uma entidade a ser seguida e respeitada (BAGNO, 2011). No entanto, o ideal imaginado de uma língua japonesa padrão é totalmente questionável. Essa língua realmente existe? Todos os japoneses nativos do arquipélago falam essa norma padrão? Será que não são ideais de purismo linguístico

que estão por trás desses preceitos? São questionamentos que poderiam ajudar a pensar sobre a variabilidade linguística que se desenvolveu na colônia japonesa aqui no Brasil e as razões que ainda fazem com que essa língua seja compreendida como uma língua sem legitimidade e de menor prestígio.

4. O padrão não é o natural, o padrão é apenas uma convenção

4.1 A língua é uma invenção

A ideia de línguas nomeadas e homogêneas nasce juntamente com a criação do estado-nação que passa a ser representado por uma língua nacional com o objetivo de atender as demandas políticas, ideológicas e econômicas dessa época (HOBSBAWM, 2018). Antes da formação dos estados-nação, havia o que conhecemos hoje por dialetos e variantes, mas que era na verdade, a própria pluralidade linguística existente antes da formação dos estado-nação em contraposição à ideia de uma única língua homogênea como língua oficial de uma nação. A história mostra assim que a heterogeneidade e a variabilidade linguística sempre foram o natural, e a homogeneização linguística o oposto, pois esta sempre foi posta por convenções políticas, ideológicas, econômicas e sociais de um grupo dominante (Idem).

Para os linguistas Makoni e Pennycook (2006), as linguagens e as concepções de linguagem são uma invenção, são convenções sociais que serviram para promover projetos coloniais em diversos lugares do mundo. Os autores destacam a importância de compreender esse processo e a maneira pela qual as ideologias coloniais e nacionalistas determinaram a construção dessas convenções. É discutido como elas foram determinantes na construção social das línguas nomeadas, que teve como consequência o processo de homogeneização de algumas línguas e o apagamento de outras. É dentro desse complexo processo de homogeneização, no qual se delimitam e classificam as línguas, que convencionalmente é determinado o que é uma língua nomeada, e o que é relegado ao status de variante ou dialeto, gerando uma cadeia de hierarquizações e apagamentos de práticas de linguagens que são desvalorizadas em relação a outras línguas. É possível que a relação e a imagem que temos das línguas podem ser frutos dessa construção.

Fourth, these inventions have had very real and material effects. On the one hand, by advocating a view of languages as constructions, our position may be seen as a non-materialist view of language: languages do not exist as real entities in the world and neither do they emerge from or represent real environments; they are, by contrast, the inventions of social, cultural and political movements. On the other hand, we would argue for the very real material effects of linguistic inventions since they influence how languages have been understood, how language policies have been constructed, how education has been pursued, how language tests have been developed and administered, and how people have come to identify with particular labels and at times even to die

for them, as the violent nature of ethnic rivalry in Africa, South Asia and elsewhere amply demonstrates. Thus, while the entities around which battles are fought, tests are constructed and language policies are written are inventions, the effects are very real (MAKONI & PENNYCOOK, 2006, p.2).

Makoni e Pennycook (2006) mostram assim que, por trás das desvalorizações de algumas práticas de linguagem em relação a outras, há projetos imperialistas e ideologias nacionalistas, empoderando algumas línguas e subordinando outras. Isso levanta o questionamento de alguns pontos sobre a desvalorização da *koronia-go* em comparação à língua padrão. Como por exemplo, quais são as ideologias que constroem a percepção de linguagem em torno da *koronia-go* e da norma padrão, quais são os mitos e as idealizações que embasam a concepção de linguagem que colocam a *koronia-go* e a língua japonesa padrão em posição de comparações que talvez não sejam equiparáveis, e se não são as ideologias nacionalistas que ainda apreendem a compreensão de linguagem em torno da *koronia-go*, relegando-a ao *status* de uma variante de menor valor em comparação à língua japonesa do arquipélago.

Outro ponto de reflexão que Makoni e Pennycook (2006) trazem é o conceito de que a língua é uma invenção. Ora, se a língua é uma invenção, ela pode ser reinventada; se é uma construção, ela pode ser desconstruída e reconstruída novamente para atender às demandas sociais e políticas de cada comunidade. É claro que esses processos são extremamente complexos e envolvem questões políticas, sociais, culturais e institucionais, porém o ponto de destaque não é o processo em si, mas a ideia de flexibilidade e da construção social das línguas que os autores trazem, em contraposição com a compreensão de língua como algo dado, estático e imutável, ou seja, uma verdade posta e inquestionável.

Disinvention here is tied to a question of rethinking understandings of language (such as language as a medium of communication, language as system, language as a describable entity, or language as competence) that tend to be predicated upon notions of uniformity and homogeneity (Canagarajah this volume; Kyeyune, 2004). Drawing attention to new and alternative metaphors is an important strategy aimed at finding a way in which linguists and applied linguists can avoid being imprisoned by their own semiotic categories. In order to understand the development of these regimes, we need to return (as with the invention of languages reviewed above) to the historical origins of particular modes of thought, and the history of linguistic ideologies (MAKONI & PENNYCOOK, 2006, p. 17).

Seguir por esse olhar da língua como invenção permite que a *koronia-go* seja compreendida como uma língua legítima, e não como uma variante desvirtuada de uma língua japonesa institucionalizada, haja vista que ambas as concepções, língua legítima e variante ou dialeto, são invenções e construções sociais.

The perspective that languages are socially and politically constructed is necessary not only for an understanding of languages, but also for situations in which there are reasons either to change them or to change the way we think about them. We

are focusing on language because definitions of language have material consequences on people and because such definitions are always implicitly or explicitly statements about human beings in the world (Yngve, 1996). It is, therefore, necessary to overcome ideas about language if we are to imagine alternative ways of conceptualizing the role and status of individuals in the world (MAKONI & PENNYCOOK, 2006, p.27).

A ideia de uma língua ideal e padrão também é socialmente construída e pode, portanto, ser desconstruída para dar lugar a uma compreensão de linguagem que seja mais responsiva às comunidades locais. Nesse sentido é possível chegar à conclusão de que as valorações e concepções em torno da *koronia-go*, foram socialmente construídas. Provavelmente, essas construções tenham sido feitas por meio de comparações muitas vezes sem equidade com a língua de outro país (Japão), e por meio de concepções de linguagem que compreendem a língua como uma norma fixa. Desse modo, da mesma forma que essas construções foram socialmente compartilhadas, é possível fazer o caminho inverso e propor outro olhar para a língua da colônia japonesa, um olhar e uma concepção de linguagem que não coloque a *koronia-go* como uma variante de menor valor em relação a uma língua padrão, mas que proponha a compreensão de que se trata de uma língua que se desenvolveu nas práticas sociais de seu contexto local, construiu sentidos entre seus interagentes, e que, portanto, pode convencionalmente ter sua legitimidade reconhecida.

5. As consequências da padronização

Bagno (2011, p. 359) mostra que a padronização da língua é uma convenção que transforma a língua em hipóstase, trazendo sérias consequências sociais, políticas, culturais e institucionais. Esse autor mostra também como o processo de padronização da linguagem não consegue apreender a complexidade da língua *in natura* dentro da dinâmica do meio social. Aponta como o processo de padronização faz com que ela seja compreendida de forma abstrata e não como uma construção social, mas como substância acima e fora dos falantes. Dentro dessa concepção, a língua passa para a condição de sujeito, uma entidade autônoma com poder de decisão sobre os falantes. A consequência é o poder que essa língua entendida como sujeito/entidade exerce sobre os falantes mesmo quando ela já não se relaciona com os seus contextos sociais. O poder que a padronização atribui à língua faz com que ela deixe de ser questionada para ser obedecida como lei.

A criação de uma norma, de um parâmetro, de um modelo de língua ideal tem sido sempre um processo de “objetificação” da língua. Em seu estado natural (passe o adjetivo), uma língua é sempre heterogênea, mutante, cambiante, variável, maleável e flexível. O processo de padronização agarra a língua e a retira de sua vida íntima, privada, comunitária e a transforma numa instituição, num monumento cultural, em veículo de uma política nacional e, em várias ocasiões ao longo da história de uma política imperial colonial (BAGNO, 2011, p. 359).

O pesquisador mostra como a padronização ignora a variabilidade linguística naturalmente emergida do meio social para estratificá-la e transformá-la em códigos descritivos de dicionários e em livros de gramáticas, que descrevem a língua para melhor prescrevê-la. Transformam, assim, a língua na norma-padrão, no modelo a ser seguido, na língua da pátria e, nas palavras de Bagno, na “língua do patrão e do colonizador” (2011, p. 359). E com isso, transforma-a na língua que passa a ser essa instituição poderosa que precisa ser transmitida, aprendida e respeitada.

Nesse processo de hipostasiação, a língua passa a ser identificada com esse modelo, com essa norma-padrão, e deixa de ser um artifício sociocultural para se tornar “a Língua”, com artigo definido e inicial maiúscula, uma entidade dotada de vontade e consciência, envolta numa cosmogonia que se perde no tempo, como se “a Língua” existisse assim, perfeita em seus contornos, desde o início do mundo. Se, para a linguística contemporânea, a língua é uma faculdade cognitiva, *interna*, portanto, à própria biologia de cada ser humano, tal concepção de língua é soberanamente desprezada pelos não linguistas, ou seja, pela retumbante maioria dos falantes comuns, que só concebem “a Língua” como uma *instituição*, análoga à religião e às leis, portanto, como algo *externo* ao indivíduo, algo que não lhe pertence e que ele precisa adquirir, aprender, conhecer, respeitar venerar, transmitir, defender para se tornar membro digno da comunidade, para se sentir incluído numa cultura, para se tornar cidadão (BAGNO, 2011, p. 360).

Bagno (2011) mostra assim que a padronização pouco se relaciona com a língua usada no meio social, mas apenas convencionalmente segmenta e dissecar a linguagem. Isso levanta alguns pontos ao se relacionar com a *koriana-go*.

O primeiro ponto, como já abordado pela perspectiva do Círculo de Bakhtin, a língua padrão e a língua usada no meio social não são sempre correspondentes. A língua da norma padrão é apenas um recorte congelado da linguagem e atende a interesses políticos, imperialistas e que insistem em propagar relações de poder (MAKONI & PENNYCOOK, 2006). Nesse sentido, a *koronia-go* não corresponder ou se distanciar de uma língua padrão não faz com que ela deixe de ser uma língua legítima (ADACHI, 2015).

No segundo ponto, ainda usando o mesmo argumento de Bagno (2011), de que a língua padrão é apenas um segmento petrificado da língua, seria necessário se questionar se realmente existe uma comunidade de falantes que use essa norma padrão. Ao comparar a *koronia-go* com a língua japonesa padrão, fica implícito que é única língua “correta” ou legitimada e que todos no Japão usam essa língua, o que é questionável. A idealização do falante, que usa uma língua padrão idealizada, faz muito mais parte de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1983), do que de fato tenha alguma correspondência com a realidade. A língua japonesa no Japão não é homogênea e possui variabilidades linguísticas que são naturalizadas, evidenciando assim que cada lugar possui sua diversidade linguística, ao pensar sobre isso fica o questionamento se as tentativas de hierarquizar a *koronia-go* se justificam.

O terceiro ponto seria a língua como entidade soberana. Ela se relaciona com a *koronia-go* quando esta é comparada com a língua padrão japonesa na condição de

entidade abstrata, sem corpo e sem identidade, que orienta o que é correto e o que é errado na língua sem maiores reflexões e questionamentos sobre os seus usos sociais. Neste caso, a língua japonesa padrão se torna assim o parâmetro a ser seguido, o sujeito que rege e a entidade a ser reverenciada.

Dessa maneira, Bagno (2011) mostra as implicações que estão envolvidas na concepção de uma língua padrão. Alertando sobre as consequências de concepções linguísticas que compreendem a língua como algo posto e não como algo convencionalmente construído. Processos constantes de problematização da linguagem podem abrir espaço para pensarmos sobre a linguagem sob perspectivas que ainda não foram discutidas. Essas problematizações podem trazer questionamentos sobre as concepções de linguagem que são inclusivas e quais são excludentes, e as consequências que elas podem trazer quando adotadas.

6. Conclusão

A concepção de língua do Círculo de Bakhtin, na qual a linguagem é compreendida como prática social e cuja centralidade está nas interações dos sujeitos, nos ajuda a compreender os processos dinâmicos e responsivos nas quais a língua da colônia japonesa no Brasil se desenvolveu.

Por meio das reflexões propostas por Bagno (2011), Makoni e Pennycook (2006), foi discutido como as concepções de linguagem determinam a valoração e o *status* de uma língua. Com base nessas reflexões é proposto se pensar na legitimidade da *koronia-go*, refletindo sobre as consequências sociais, políticas e culturais que a valorização de uma língua em detrimento de outra pode trazer. Bagno (2011) salienta que a idealização da língua padrão cria um imaginário sustentado por estereótipos que reforçam preconceitos que são passados de geração para geração sem serem contestados. Pennycook (MAKONI; PENNYCOOK, 2006; PENNYCOOK, 1998, 2003, 2010) faz uma vasta discussão sobre as questões políticas e sociais que envolvem a linguagem, chamando a atenção para as consequências das hierarquizações linguísticas e culturais que perpetuam relações de poder ilegítimas e de injustiça social.

O presente estudo não teve a pretensão de resolver a complexidade teórica do Círculo de Bakhtin, nem tampouco de esgotar a discussão sobre a *koronia-go* como prática social. O presente artigo teve por objetivo apenas propor um olhar para a *koronia-go*, a partir da concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin e das discussões teóricas no campo da linguagem como prática social compartilhadas por outros autores. A discussão sobre a *koronia-go* como prática social não tem como objetivo ser uma discussão em torno do sistema da língua, fazendo comparações estruturais entre a variante e a língua padrão. A discussão é sobre como idealizações linguísticas e hierarquização das línguas geram relações desiguais de poder e sofrimento. Ainda se valendo dos preceitos do Círculo de Bakhtin, uma discussão sobre linguagem como prática social é uma discussão sobre as pessoas que falam essa língua. Isso é

corroborado por relatos de falantes da *koronia-go* (ADACHI, 2015), que mostram como essas pessoas se sentem envergonhadas e inferiorizadas por falar uma língua “errada” ou uma variante considerada inferior.

Desse modo, com base nas perspectivas teóricas abordadas neste texto, discutimos que a linguagem não é abstrata e nem está fora do falante, mas é ela a própria organizadora das relações humanas; sendo assim, inferiorizar as práticas de linguagens de um grupo social como erradas ou defeituosas é o mesmo que dizer que seus modos de vida são errados e ilegítimos. Portanto, questionar a desvalorização da *koronia-go* em relação à língua padrão é um ato político que pode contribuir para que falantes dessa língua não sejam mais diminuídos ou estigmatizados.

Referências bibliográficas

- ADACHI, Nobuko. “But It’s Our Mother Tongue”!: The Japanese Language as Spoken in a Japanese Brazilian Community. In: **Japanese Language and Literature**. Chicago, American Association of Teachers of Japanese, v. 49, n. 2, p. 453–483, outubro, 2015.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- BAGNO, Marcos. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipostáse. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos, (org.). **Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 356-387.
- BAKHTIN, Mikhail. Questões de estilística no ensino da língua. In: BOTCHAROV, Serguei; GOGOTICHVILI, Liudimila, (org.). **Questões de Estilística no Ensino da Língua**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 23–43.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I: A Estilística**. 1ª ed. São Paulo. Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. 2ª ed. New York: Routledge, 2013.
- FARACO, C. A. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. **Calidoscópico**, São Leopoldo, Unisinos, v. 3, n. 3, p. 214–221, setembro/dezembro, 2005.
- FARACO, C. A. O problema do conteúdo, do material de forma na arte verbal. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin: Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 95–111.
- HANDA, Tomoo. Vida nas fazendas de café. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. (org.). **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1987. Capítulo 2, p. 110–112.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções . 1789-1848**. 40ª. ed. São Paulo: Paz e Terra Ltda., 2018.
- MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Desinventing and Reconstituting Languages. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (org.). **Desinventing and Reconstituting Languages**. Clevedon, England: Multilingual Matters Ltd, 2006.

- MASE, Yoshio. A língua japonesa dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v. 7, p. 137-46, 1987.
- MORALES, Leiko Matsubara. O professor de língua japonesa e a linguagem. In: MORALES, Leiko Matsubara (org.). **Ensino e Aprendizagem da Língua Japonesa no Brasil: Um Convite à Reflexão sobre a Prática de Ensino**. São Paulo: Japan Foundation, 2011, Capítulo 1, p. 27–41.
- OTA, Junko. As línguas faladas nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo e a percepção das três gerações sobre a “mistura de línguas”. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 28, p.137-148, 2008.
- OTA, Junko. A língua falada nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo-considerações sobre koronia-go. **Synergies Brésil**, São Paulo, v. 7, p. 49–56, 2009.
- PENNYCOOK, Alastair. **English and the Discourses of Colonialism**. 1ª. ed. London: Routledge, 1998.
- PENNYCOOK, Alastair. Linguística Aplicada Pós-Occidental. In: CORACINI, Maria José; BERTOLDO, Ernesto Sérgio (org.). **O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática: Discursos sobre e na Sala de Aula: (língua materna e língua estrangeira)**. Campinas: Mercado de Letras, p. 21–59, 2003.
- PENNYCOOK, Alastair. **Language as a Local Practice**. Abingdon, Reino Unido: Routledge, 2010.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

Recebido em 20 de outubro de 2021

Aprovado em 31 de maio de 2022